REPÚBLICA PORTUGUESA
GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Discurso de Encerramento do debate do Orçamento de Estado para 2019

29 de novembro de 2018

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Dentro de momentos será votado o 4.º e último orçamento desta legislatura.

Estamos a poucos minutos de comprovar que **valeu a pena o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista "Os Verdes" terem construído a maioria parlamentar que permitiu a mudança de políticas**, garantiu a necessária estabilidade, o regresso à normalidade constitucional, a recuperação económica do país e a melhoria sustentada da vida dos portugueses.

Aqui chegados, vencidas as dúvidas de muitos, desmentidos os anunciados planos B, desautorizadas as proclamadas impossibilidades aritméticas, afastados os receados diabos, este é o momento certo de dizer, **valeu a pena afirmar uma alternativa de Governo que permitiu reconstruir a confiança:**

- **com mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade**
- **contas certas,**
- **e restabelecendo a credibilidade internacional de Portugal.**

A principal conquista desta legislatura é a confiança.

Desde logo a **confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e na União Europeia**. Temos hoje uma democracia mais rica, onde todos contam por igual, onde é sempre possível construir uma alternativa em que a participação ativa na UE não subtrai aos cidadãos a liberdade

de escolha, como se estivessem condenados ao pensamento único da ortodoxia liberal.

A confiança dos portugueses no seu futuro e em Portugal, que nos permitiu em 2017 recuperar um saldo migratório positivo. **A confiança dos investidores nas suas empresas e na nossa economia**, que registou o maior crescimento do investimento desde 1998. **A confiança internacional**, que garantiu à nossa dívida o grau de investimento e colocou Portugal como o segundo país da zona euro na atração de IDE.

A política de recuperação de rendimentos foi fundamental para restabelecer a confiança, decisiva para o relançamento do investimento, criador de mais e melhor emprego e promovendo, assim, o crescimento económico.

Mudámos a política e mudámos as políticas. **E os resultados confirmam que valeu a pena:**

— 2017 e 2018 serão os primeiros anos deste século em que a **economia portuguesa cresce** acima da média dos seus parceiros europeus;

— a economia continua a recuperar com as **exportações e o investimento como os principais motores do crescimento;**

— foram criados **341 mil empregos** desde 2015, a esmagadora maioria sem precariedade, 89% no emprego criado no último ano;

— na redução das desigualdades, é de registar que o rendimento médio líquido dos trabalhadores por conta de outrem cresceu 6,8% durante a legislatura, diminuindo ao mesmo tempo em 220 mil o número de trabalhadores com salários abaixo dos 600 euros.

— 2016 e 2017 apresentaram os **défices mais baixos da democracia portuguesa**, tendência que prosseguirá em

2018 e 2019, sustentando a **redução gradual e sustentada da dívida pública.**

Quero ser claro. Reduzimos o Défice e a Dívida. Fizemo-lo sem cortes nas pensões e nos salários, mas pelo contrário com devoluções e aumentos de pensões e de salários. Fizemo-lo sem aumentar impostos, mas pelo contrário devolvendo 1.000 milhões de euros de IRS às famílias. Fizemo-lo sem enfraquecer serviços públicos e direitos, pelo contrário recuperando serviços públicos e restituindo direitos.

Ou seja, não sacrificámos os portugueses à obsessão do défice; melhorámos o défice melhorando vida dos portugueses.

Prometemos uma alternativa. E cumprimos. **Cumprimos** a Constituição da República Portuguesa, **cumprimos** as regras acordadas com os nossos parceiros da UE, **cumprimos** as posições conjuntas assinadas com o PEV, o PCP e o BE e,

acima de tudo, **cumprimos** os nossos compromissos com os portugueses.

É assim que o Governo se apresenta perante a Assembleia da República: pronto a cumprir com rigor o Orçamento de Estado que estão prestes a aprovar.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores deputados,

O orçamento que vão votar é um orçamento de continuidade das políticas que nos têm assegurado bons resultados.

Um orçamento que melhora a vida dos portugueses, concluindo a reposição de direitos e melhorando os serviços públicos; que promove a competitividade das empresas, estimulando o investimento e a inovação; e que garante o rigor

e a sustentabilidade das nossas contas públicas, reduzindo o défice e a dívida pública.

Em primeiro lugar, **este é um orçamento que melhora a vida das famílias portuguesas**, que em 2019 vão sentir um novo **alívio fiscal**, pagando menos mil milhões de euros de IRS do que pagavam em 2015.

O rendimento das famílias beneficiará ainda com a redução das despesas com transportes e energia.

Na energia, a redução do défice tarifário permitirá uma **diminuição na ordem dos 6% da fatura da eletricidade**, a que acresce a redução do IVA da potência contratada para a taxa reduzida.

A carteira dos portugueses será ainda aliviada no que respeita aos encargos com transportes públicos. Abrangendo todo o território nacional, o Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos integrará

medidas que incluem a diminuição do preço dos passes sociais.

Este é um orçamento que melhora a vida de todos os portugueses, sejam mais idosos ou mais jovens.

Os mais idosos vão beneficiar com a atualização de todas as pensões, pela segunda vez e depois de muitos anos de congelamento, e com o aumento extraordinário, já a partir de janeiro, das pensões inferiores a 654 euros, de forma a que nenhuma atualização seja inferior a 10 euros mensais. Garante-se, assim, um ganho real do poder de compra para a maioria dos pensionistas e a reposição do valor perdido com o congelamento das pensões.

As famílias mais jovens veem também os seus rendimentos melhorar com o OE2019, através de um conjunto de medidas que visam reforçar a proteção social e aliviar os encargos com a educação.

É disso exemplo o **aumento do abono de família** para as crianças entre os 12 e os 36 meses, que beneficiará mais de 330 mil crianças, incluindo a majoração para os segundos e terceiros filhos no primeiro ano de vida.

Na **educação**, as famílias vão beneficiar com o alargamento da gratuitidade dos manuais escolares a todos os alunos que frequentam o ensino obrigatório na rede pública, abrangendo 1 milhão e 200 mil alunos; e com a redução do valor da propina máxima praticada nas universidades e politécnicos.

As políticas de proteção social saem igualmente reforçadas com este orçamento, designadamente por via da **atualização das diferentes prestações sociais**, e da concretização da terceira e última fase da nova **Prestação Social para a Inclusão**, incidindo particularmente no combate à pobreza das pessoas com deficiência.

Em 2019, as famílias poderão contar com um Serviço Nacional de Saúde mais forte, um sistema de ensino mais

acessível e inclusivo e uma nova geração de políticas de habitação.

Na **Saúde**, destacam-se o reforço de investimento na ordem dos 500M€, a conclusão de 113 centros ou extensões de centros de saúde, a criação de 20 novas USF, o reforço da rede de cuidados continuados e o arranque do processo de construção de cinco novos hospitais.

A qualidade do **sistema educativo** mantém-se, igualmente, como uma prioridade. A par do alargamento da gratuitidade dos manuais, o Governo continuará empenhado na generalização da redução do número de alunos por turma e no desenvolvimento de medidas orientadas para a promoção do sucesso escolar e reforço da autonomia das escolas.

A **habitação** é finalmente assumida como um desígnio nacional, com o lançamento de uma nova geração de políticas que visa assegurar habitação acessível e digna a todos os

portugueses, a estabilidade do arrendamento e a resolução dos problemas de carência habitacional.

Este orçamento lança o Programa 1.º Direito e antecipa os custos dos benefícios fiscais previstos nas PL que aguardam a aprovação nesta AR para promover o arrendamento estável e acessível

E como não há bons serviços públicos sem **funcionários públicos motivados**, o orçamento para 2019 prossegue o descongelamento das carreiras e repõe em funcionamento os mecanismos de atribuição de prémios e de opções gestionárias.

Em resumo, este OE exprime com clareza a mudança de políticas que iniciámos há três anos. **É um Orçamento que une os portugueses**, jovens ou idosos, funcionários públicos ou trabalhadores do setor privado, portugueses que vivem no litoral ou no interior; a todos assegurando melhores serviços públicos de acesso universal. Porque, para nós, Portugal só está melhor quando a vida dos portugueses melhora.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A reivindicação da melhoria da vida dos portugueses não se basta com voluntarismo. Exige políticas que transformem as aspirações em realidade. **A melhoria sustentada dos rendimentos e dos serviços públicos exigem finanças públicas sólidas, uma economia forte, mais e melhor emprego, com empresas dinâmicas e inovadoras**.

Este é um orçamento que cria condições para que as empresas possam continuar a investir e a inovar.

Desde logo, garantindo o **quadro de confiança** que tem permitido o aumento de procura, mas também assegurando a estabilidade do quadro macroeconómico, que tem permitido a redução dos custos do investimento.

Por outro lado, este orçamento vem contribuir decisivamente para **aliviar a tesouraria e o esforço fiscal das empresas,**

através do fim da obrigatoriedade do Pagamento Especial por Conta e da eliminação da coleta mínima do IRC. E alarga, pelo segundo ano consecutivo, **os benefícios fiscais** para as empresas que reinvistam os seus proveitos, majorando os investimentos realizados nos concelhos do interior.

A este quadro orçamental associa-se ainda a **reprogramação do PT2020, que reforça em 5.000M€ os fundos destinados às empresas**; a ação determinada na **abertura de novos mercados à exportação**; a **redução dos custos de contexto** no sistema de justiça, com menos 26% de pendências; a execução do **Simplex**, oferecendo um novo impulso ao crescimento do investimento empresarial; e **o reforço em 17% do investimento público**, com destaque para a ferrovia e os portos.

Orgulhamo-nos da estratégia que definimos, do caminho que fizemos e dos resultados que aqui apresentamos e do que **este Orçamento nos permitirá continuar a fazer ao longo de 2019 para concretizar as reformas que iniciámos**.

Um orçamento em que pela primeira vez se cumpre a lei das finanças locais e viabiliza o processo de **descentralização** como pedra angular da reforma do estado.

Que generaliza a realização do cadastro simplificado, base da **reforma da floresta** que iniciámos em 2016.

Que reforça as **linhas Capitalizar**, que melhoram a autonomia financeira das empresas.

Que cria as condições para prosseguirmos a **flexibilização curricular** como pilar da reforma educativa.

Mas sabemos que há muito caminho pela frente. E estamos cá para o continuar.

Com a mesma determinação com que temos governado e que me permite hoje anunciar que **até ao final deste ano pagaremos a totalidade da dívida ao FMI, com todo o significado que comporta mais este virar de página**.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Este Orçamento é também um orçamento que constrói o futuro.

Em primeiro lugar, reforçando a sustentabilidade, prosseguindo a trajetória de redução da dívida pública, diminuindo os encargos para o futuro e melhorando a o equilíbrio financeiro da segurança social.

Continuaremos a melhorar a sustentabilidade da segurança social seja pela promoção do emprego e aumento dos salários, melhorando a receita das contribuições; seja diversificando as fontes de financiamento da Segurança Social, nomeadamente aumentando a consignação de receitas do IRC ao Fundo de Estabilização e reforçando-o com o aumento do adicional do IMI. **Assim, prolongamos em mais duas décadas a garantia do equilíbrio da segurança social**.

Em segundo lugar, é um orçamento que responde aos grandes desafios estratégicos do nosso país: a demografia, as alterações climáticas, a inovação como motor de desenvolvimento e a redução das desigualdades.

Já falei das medidas do abono de família, da universalização do pré-escolar, da melhoria do acesso à educação, da habitação acessível e do combate à precariedade que são condições indispensáveis à **promoção da natalidade**.

Mas este orçamento é marcado pelo **Programa Regressar**, que traduz a ambição nacional de criar as melhores condições para que todos aqueles que foram forçados a partir reencontrem em Portugal as oportunidades para a sua plena realização pessoal e profissional.

É a pensar **nas alterações climáticas** que este Orçamento abre as portas a uma verdadeira revolução na **promoção do transporte público**, que investe na **eficiência energética** por via da reabilitação urbana, e que incentiva a **produção de**

energia renovável ao mesmo passo que corta os benefícios à produção com base no carvão.

O nosso desenvolvimento só é sustentável se for assente na inovação. Por isso, a prioridade que damos ao investimento em cultura e ciência, bases da sociedade do conhecimento. **A cultura terá em 2019 o maior orçamento de sempre,** com especial destaque para o apoio à criação artística, a promoção da língua portuguesa e a valorização do património.

E a ciência vê reforçadas três das suas prioridades: no emprego científico será cumprida a meta de criação de 5 mil postos de trabalho; alarga-se significativamente o acesso ao ensino superior, com 24% de crescimento de alunos com ação social escolar e o lançamento do Plano Nacional de Alojamento; e dá-se mas um passo decisivo para a transferência de conhecimento e tecnologia para as empresas com a instalação dos 21 laboratórios colaborativos.

O Portugal que estamos a contruir é um país menos desigual, mais coeso e inclusivo, não só do ponto de vista social, a que já me referi, mas também no que respeita à igualdade de género, que terá expressão no **Programa para a Conciliação Entre a Vida Pessoal e Profissional**, que apresentaremos na próxima semana à Comissão Permanente de Concertação Social.

Ou ainda a **coesão do território**, a que este orçamento dá particular atenção, como mostram medidas tão importante como os incentivos fiscais e financeiros ao investimento empresarial nas regiões do interior à mobilidade de trabalhadores e estudantes e a próxima fase da redução de portagens no interior em 2019.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados

O orçamento para 2019 só é possível porque há uma solução política que garante estabilidade, promove a confiança com mais crescimento, melhor emprego e maior igualdade, com contas certas, que nos fez recuperar a credibilidade internacional.

O OE para 2019 dá continuidade a estas boas políticas, que dão bons resultados. E prepara o futuro, garantindo a sustentabilidade financeira e dotando o país dos instrumentos para enfrentar os desafios demográficos, das alterações climáticas, da inovação e da redução das desigualdades.

Sabemos que há mais vida para além do OE 2019 e que há mais e melhor para continuarmos fazer. Por isso, apresentei em 2014 uma Agenda para a Década e é essa década de convergência sustentada com a União que estamos e continuaremos a construir.